

Luiz Guilherme Marinoni
Daniel Mitidiero

Ação Rescisória

Do Juízo Rescindente
ao Juízo Rescisório

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Assistentes Administrativos Editoriais: Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção, Qualidade Editorial e Revisão

Coordenadoras

IVÍE A. M. LOUREIRO GOMES e LUCIANA VAZ CAMEIRA

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Analistas Editoriais: Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecincin, Maria Cecília Andreo e Mayara Crispim Freitas

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Claudia Helena Carvalho e Marcelo Ventura

Estagiários: Angélica Andrade, Guilherme Monteiro dos Santos, Larissa Gonçalves de Moura, Miriam da Costa e Sthefany Moreira Barros

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEORO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Bruna Carmo, Diogo Ferreira, Gabriela Lino, Luciano Guimarães, Renan Diniz, Rodrigo Araújo, Rodrigo Barcelos e Yasmim Andrade

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Ação rescisória: do juízo rescindente ao juízo rescisório / Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-203-7315-6

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória de sentença 3. Coisa julgada 4. Direito comparado 5. Legitimidade (Direito) 6. Processo civil I. Mitidiero, Daniel. II. Título.

17-0446

CDU-347.922:347.951

Índices para catálogo sistemático: 1. Ação rescisória dos julgados: Processo civil 347.922:347.951

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	9
INTRODUÇÃO	17

PARTE I PERFIL CONCEITUAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	19
2. AÇÃO RESCISÓRIA E FIGURAS AFINS	33
2.1. <i>Querela nullitatis insanabilis</i>	34
2.2. Ação anulatória de ato processual.....	43
2.3. Impugnação.....	54
2.4. Reclamação.....	59
2.5. Mandado de segurança contra ato judicial.....	61
2.6. Ação anulatória de laudo arbitral.....	62
3. AÇÃO RESCISÓRIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA	68
3.1. A formação histórica da ação rescisória	68
3.2. A ação rescisória no direito comparado	80

PARTE II PERFIL FUNCIONAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS.....	89
2. OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA: DECISÕES RESCINDÍVEIS.....	91
2.1. Decisão definitiva transitada em julgado.....	92
2.2. Decisão terminativa transitada em julgado	94
2.3. Decisão de questão prejudicial rescindível.....	95
2.3.1. Primeiras considerações	95
2.3.2. Fundamento	96
2.3.3. Questão de que depende o julgamento do mérito	98

2.3.4.	A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo	99
2.3.5.	Questão discutida.....	100
2.3.6.	Questão de direito que independe de prova.....	106
2.3.7.	Questão decidida.....	108
2.3.8.	Competência absoluta.....	109
2.3.9.	Coisa julgada em favor de terceiros: fundamento.....	109
2.3.10.	A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo.....	112
2.3.11.	A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros.....	113
2.3.12.	Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos.....	114
2.3.13.	Discussão do preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão e sobre o cabimento da ação rescisória	116
2.4.	Capítulo de decisão	116
3.	CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA: FUNDAMENTOS.....	120
3.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção.....	122
3.2.	Impedimento ou incompetência absoluta.....	125
3.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão entre as partes a fim de fraudar a Lei.....	126
3.4.	Ofensa à coisa julgada	140
3.4.1.	Os limites objetivos da coisa julgada no CPC de 2015.....	140
3.4.2.	Ofensa à coisa julgada mediante solução de questão de que depende o julgamento de demanda distinta.....	144
3.4.3.	Ofensa à coisa julgada por meio de violação à regra do deduzido e do dedutível.....	148
3.4.4.	Prestações bilaterais e infringência da coisa julgada sobre o contrato..	152
3.4.5.	Ofensa à coisa julgada mediante sua “relativização”.....	157
3.4.6.	Coisas julgadas contraditórias em ações idênticas e o falso problema da superação do prazo para a propositura da ação rescisória.....	165
3.4.7.	A coisa julgada que reafirma coisa julgada anterior.....	174
3.4.8.	Ação rescisória por ofensa à coisa julgada sobre questão.....	175
3.4.9.	O terceiro beneficiado pela coisa julgada diante da ação rescisória...	179
3.4.10.	Anterior discussão e rejeição de violação de coisa julgada e ação rescisória	180

3.5. Violar manifestamente norma jurídica	181
3.5.1. Da violação de literal disposição de lei à violação manifesta de norma jurídica	182
3.5.2. Violação à literal disposição de lei como fenômeno típico do “formalismo ou cognitivismo interpretativo”	183
3.5.3. A interpretação como valoração e atribuição de significado	187
3.5.4. A preservação da lei dita inconstitucional como primeiro estímulo à dissociação entre texto e norma	189
3.5.5. A dissociação entre texto e norma na teoria do direito	191
3.5.6. A súmula 343 do STF como demonstração de que a decisão baseada em lei a que o judiciário já adscreevu várias normas jurídicas não pode ser objeto de ação rescisória: indagações daí decorrentes	194
3.5.7. A função das cortes supremas e a norma jurídica	196
3.5.8. Violação de norma jurídica editada pelas cortes supremas: o problema da identificação da <i>ratio decidendi</i>	202
3.5.9. Outras normas jurídicas delineadas pelo judiciário que podem ser objeto de ação rescisória.....	210
3.5.10. A importância dos §§ 5º e 6º do art. 966, CPC, para a confirmação do significado de “violação de norma jurídica”	213
3.5.11. Decisão que se pautou equivocadamente (isto é, sem fazer distinção) em precedente de Corte Suprema, decisão proferida em recurso repetitivo, súmula e decisão de tribunal sobre questão	214
3.5.11.1. Significado da ausência de consideração da “existência de distinção”	214
3.5.11.2. O problema em face de precedente de Corte Suprema	216
3.5.11.3. A decisão diante de súmula.....	219
3.5.11.4. A distinção em face da decisão de questão	220
3.5.12. A petição inicial da ação rescisória fundada em manifesto equívoco na aplicação de precedente, súmula ou decisão	221
3.5.13. Violação de norma jurídica “dotada de aceitabilidade”	222
3.5.14. A ação rescisória fundada em decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade	224
3.5.14.1. A decisão que nega decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal	224
3.5.14.2. A pretendida ação rescisória fundada em ulterior decisão de inconstitucionalidade: o § 15 do art. 525, CPC	226
3.5.14.3. Crítica à Ideia de que não pode haver interpretação controvertida do texto constitucional.....	227

3.5.14.4. “Controle da constitucionalidade da decisão transitada em julgado”, ou melhor, negação do controle incidental de constitucionalidade	234
3.5.14.5. A transformação da coisa julgada num juízo suscetível a condição imprevisível	235
3.5.14.6. Resguardar uma decisão fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional não significa admitir efeitos a uma lei declarada inconstitucional	236
3.5.14.7. O verdadeiro fundamento que se pretende conferir à ação rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada	238
3.5.14.8. A inexistência de distinção entre decisão proferida em controle principal e controle incidental para efeito de rescindibilidade de coisa julgada	239
3.5.14.9. O precedente firmado no Recurso Extraordinário 590.809: a garantia constitucional da coisa julgada exclui a possibilidade de ação rescisória baseada em ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal	240
3.5.14.10. A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional	243
3.6. Falsidade da prova que determinou a decisão rescindenda, apurada em processo criminal ou na própria ação rescisória	244
3.7. Prova nova	251
3.8. Erro de fato	258
4. O PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO RESCISÓRIA	264
4.1. Trânsito em julgado	268
4.2. Prova nova	271
4.3. Simulação ou colusão das partes	273

PARTE III PERFIL PROCEDIMENTAL

1. COMPETÊNCIA	275
1.1. Competência para julgamento da ação rescisória	276
1.2. O problema da identificação da decisão rescindenda e a oportunidade para o deslocamento da causa para o juízo competente	278
2. AÇÃO E DEFESA: A LEGITIMIDADE DAS PARTES	280
2.1. Legitimidade ativa	281
2.1.1. Parte, sucessor a título universal ou singular e terceiro interessado ..	281
2.1.2. A legitimidade do Ministério Público	284

2.1.3. Legitimidade daquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção	286
2.2. Legitimidade passiva	287
2.3. Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na ação rescisória.	288
3. O DIREITO DE AÇÃO E A PETIÇÃO INICIAL	289
3.1. Requisitos da petição inicial, causa de pedir e “documentos indispensáveis”	289
3.2. Pedidos rescindente e rescisório.....	292
3.3. Ações rescisórias cumuladas	294
3.4. Valor da causa.....	295
3.5. Depósito prévio	296
3.5.1. Ônus de depósito prévio	296
3.5.2. Inconstitucionalidade da dispensa do depósito prévio	297
3.6. Direito à emenda, dever de esclarecimento e dever de indicação	298
3.7. Indeferimento da petição inicial.	299
4. JULGAMENTO LIMINAR DE MÉRITO NA AÇÃO RESCISÓRIA	301
5. TUTELA PROVISÓRIA	304
5.1. A propositura da ação rescisória não suspende a capacidade da decisão rescindenda produzir efeitos.....	306
5.2. Pressupostos da tutela provisória. O pressuposto comum: a probabilidade do direito	308
5.2.1. Tutela de urgência. O perigo na demora	320
5.2.2. Tutela da evidência. A defesa inconsistente	325
5.3. Em especial: o problema da iminência da prática dos atos expropriatórios e a indevida atuação do juiz da execução	327
5.4. Em especial: a impossibilidade de estabilização da tutela provisória na ação rescisória... ..	328
6. O DIREITO DE DEFESA E AS RESPOSTAS DO RÉU	328
6.1. Respostas	329
6.2. Revelia	331
7. ORGANIZAÇÃO DA CAUSA PARA O JULGAMENTO	332
7.1. Providências para o julgamento	332
7.2. O problema da designação do relator e da composição do colegiado diante dos julgadores que proferiram a decisão rescindida.....	333

7.3. Instrução.....	334
7.3.1. Ônus da prova	335
7.3.2. Juízo rescindente	337
7.3.3. Juízo rescisório	338
7.3.4. Objeto da prova	339
7.3.4.1. Juízo rescindente.....	339
7.3.4.1.1. A regra: a cognição parcial e exauriente no juízo rescindente	340
7.3.4.1.2. A exceção: a impossibilidade de produção de prova e de reexame de prova para a formação do juízo rescindente por juízo absolutamente incompetente, violação da coisa julgada, manifesta violação de norma jurídica e por erro de fato	340
7.3.4.2. Juízo rescisório.....	342
7.4. Razões finais	342
7.5. Ministério Público	343
8. JULGAMENTO	343
8.1. Unidade de julgamento, pronúncia dos votos e limites do voto de desempate	343
8.2. Inadmissibilidade	346
8.3. Procedência	347
8.3.1. Juízo rescindente	347
8.3.2. Juízo rescisório.....	348
8.4. Improcedência.....	349
8.5. Ampliação do julgamento.....	350
8.6. Multa	351
8.7. Despesas processuais.....	352
9. RECURSOS.....	352
9.1. Embargos de declaração	353
9.2. Recurso especial e recurso extraordinário.....	357
10. COISA JULGADA.....	368
11. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A COISA JULGADA NA AÇÃO RESCISÓRIA.....	368
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	369
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	371